Quando o Exército colaborou na captura de sessenta escravos foragidos na Serra do Cubatão foi ele acusado de ter dito que os soldados estavam servindo de cães de escravos. Um deputado levantouse na Câmara para acusá-lo desse crime de quase lesa Majestade. Nabuco não teve dúvidas na resposta: "A nova exploração é que eu chamei de cães de escravos ao Exército Brasileiro, quando chamei de cães de escravos a todos que se prestam a apanhar escravos fugidos, desde o Presidente do Conselho, que vai à frente da matilha, até o último soldado de polícia". (Carolina, pág. 231).

Mas não pregava aos escravos que se revoltassem contra os senhores. Antes pelo contrário, mandava aos que fugiam e vinham lhe pedir socorro, que voltassem para os seus donos, como se vê na sua carta de 23 de outubro de 1881 a Allen, cujo trecho final é o seguinte:

"O grande sofrimento da posição que tomei é de que nada posso fazer para auxiliar os pobres escravos que cada dia vêm me ver, acreditando estar em mim o poder de libertá-los, quando tudo que está ao meu alcance é devolvê-los às senzalas de onde vieram e à ira dos seus senhores".

Não foi assim um disseminador de ódios de classes ou de infelicidade entre os escravos que procurasse despertá-los à desgraça do seu estado, tirando-lhes escamas dos olhos, que talvez os ilivrava de perceber a injustiça da sua condição.

Embora se acusasse Nabuco de ser comunista por ser contra a abolição remunerada, nunca se pôde dizer que fosse subversivo.

Uma das belezas do abolicionismo é que foi um movimento das classes dominantes a favor das servientes. Não foi uma decisão tomada sob pressão ou reclamação destas, quando não era mais possível agir de outro modo.

Nabuco lutava sempre dentro das normas legais e constitucionais e nem poderia ser outro o seu modo de proceder, provindo de uma família que sempre servira ao país com orgulho, seguindo, pode-se dizer, o lema do Príncipe de Galles: "Ish dien": "Eu sirvo".

Essa atitude de respeito à lei Nabuco a manteve, apesar de depurado uma vez e prejudicado outras por processos eleitorais fraudulentos.